

ASSUNTO: eleição do prefeito de S. Pedro -
reivindicações do mesmo, não atendi-
das pelo sr. Governador.

O SR. SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, há mais de um ano, nas últimas eleições municipais, um cidadão, ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana, residente em Piracicaba, que não é meu correligionário, pois ele pertence ao PTB, resolveu candidatar-se a prefeito de S. Pedro, cidade distante de Piracicaba quase 40 quilômetros.

Esse cidadão, numa das campanhas mais honestas do Estado de S. Paulo, sem prometer nada, absolutamente nada a ninguém, lá de Piracicaba elegeu-se prefeito de S. Pedro, derrotando os poderosos grupos econômicos e a máquina eleitoral, bem engraxada, do Sr. Governador do Estado, inclusive os Srs. Geraldo e Oswaldo de Barros, irmãos do atual ocupante dos Campos Elísios e protetores do candidato derrotado.

Entretanto, Sr. Presidente, hoje o povo de S. Pedro está pagando caro por ter eleito o candidato de sua preferência. O Sr. Governador do Estado, que quer ser presidente da República, não atende ao menor pedido da cidade de S. Pedro. Entre os numerosos pedidos feitos pelo prefeito de S. Pedro eu quero destacar apenas dois para demonstrar que o Sr. Governador não estaria em condições de ser candidato a coisa nenhuma. Em 11 de setembro de 1964 o prefeito sampedrense escreveu o seguinte ofício ao governo do Sr. Adhemar de Barros:

“A Prefeitura Municipal de S. Pedro vem à presença de V. Exa. para solicitar a venda, por intermédio do DER, por preço razoável, de 600 metros lineares de tubos de concreto de 1,00 m. de diâmetro, para aplicá-lo na canalização das águas pluviais provenientes da rodovia estadual de Charqueada, que vem inutilizando a rua Barão do Rio Branco, em nossa cidade. Não obstante a situação financeira da Prefeitura Municipal de S. Pedro, a exemplo das demais municípios, ser quase de calamidade pública, o pagamento dos referidos tubos poderá ser feito pelas quotas do DNER, ou então, num esforço supremo, seria à vista e em dinheiro.

Na expectativa de ser atendido, com urgência, muito lhe agradeço.

Saudações,

Lázaro Cappellari — Prefeito Municipal”

Pelo ofício 1.960, de 1-12-64, o engenheiro Ariovaldo de Almeida Vianna deu-lhe a seguinte resposta:

“Acusando o recebimento do ofício n. 262, de 11 de setembro de 1964, através do qual é solicitada a venda de 600 metros de tubos de concreto, cumpre-me informar que, no momento, esta Autarquia não pode atender ao solicitado, tendo em vista que seu estoque de ferro é insuficiente para a confecção dos tubos necessários para atendimento dos pedidos já programados.

“Valho-me do ensejo para apresentar a V. Sa. os meus protestos de distinta consideração”.

Em matéria de tapiacão, Sr. Presidente, a resposta está perfeita. Então, Sr. Presidente, o Estado líder da Nação não teria condições para adquirir meia dúzia de quilos de ferro para fabricar algumas manilhas para serem VENDIDAS a um pequeno município? Francamente, Sr. Presidente, isso é uma barbaridade. Todavia, vamos passar para o segundo caso, que ainda é mais gritante.

Em 2 de março do corrente ano, o Sr. Lázaro Capellari, prefeito de S. Pedro, passou o seguinte telegrama ao Sr. Adhemar de Barros:

“Apelo V. Exa. sentido ser terminada construção super estrutura ponte rio Pinheirinho vg cuja infra estrutura foi executada Departamento Obras Públicas pt Esclareço-lhe vigas término desses serviço estão prontas há mais de 2 anos aguardando transporte Secretaria Viação pt Solicito também pons officios V. Exa. responsável reparar urgente ponte, mal construída, rio Samambaia e ainda sob garantia firma empreiteira pt Aspecto dessas pontes contristador e assaz prejudicial administração estadual, principalmente Secretaria Viação onde reina burocracia e compromete candidatura V. Exa. Presidência República pt O governo V. Exa. que tem beneficiado muitos municípios, até momento não sei se pelo fato prefeito ser ferroviário ou ter derrotado candidato que sempre usufruiu favores PSP, não atendeu sequer um pedido S. Pedro”.

Sr. Presidente, o Sr. Governador do Estado poderá continuar com a sua política de mesquinha contra o povo de S. Pedro. Entretanto, o que ele não pode é deixar de exigir que a firma responsável repare urgentemente a ponte ainda pelo contrato e pelo Código Civil Brasileiro, sob garantia.

Voltarei a esta tribuna, semanalmente, para tratar desse assunto, até a ponte ser reparada. Não quero favores. Quero apenas justiça para um povo de uma região laboriosa e boa.